Apresentado na Abralin 2005

A aquisição da preposição no português como L2: complementos verbais dativos

Marilza de Oliveira / Universidade de São Paulo

RESUMO

*Neste artigo analiso alguns contextos de uso da preposição **a** (complementos dativos, e verbos de movimento) no Português Moçambicano e discuto o papel da gramática da L1 e do input da língua-alvo para a aquisição do português como L2.*

INTRODUÇÃO

Os estudos de aquisição do português como L2 pelos falantes de línguas do grupo bantu (doravante LBs) em Moçambique têm levantado questões importantes para a discussão da interferência da língua materna no processamento das estruturas lingüísticas da L2 e da robustez do input lingüístico na implementação de novas formas lingüísticas, que justificam a emergência de gramáticas intermediárias e a convergência com a língua-alvo.

Este trabalho tem por objeto de estudo a aquisição dos complementos verbais dativos do português, enquanto L2, pelos falantes de LBs, tomando como ponto de partida o estabelecimento de três níveis de fluência da língua portuguesa. Objetiva-se, assim, rastrear aspectos que possam auxiliar a desvendar as duas forças antagônicas no processo de aquisição de uma L2, em situação de contato lingüístico em tempo aparente. Ainda que não estejam dentro dos objetivos propostos para este trabalho (Oliveira e Pereira 2004, Oliveira 2005) adianto que os resultados da análise poderão contribuir para o estudo da formação do P(ortuguês) B(rasileiro), no que concerne ao uso das preposições em posição de complemento verbal, pois assumo a hipótese de que o P(ortuguês) M(oçambicano) de hoje tem muito a nos dizer sobre o PB do século XIX.

Outro aspecto a ser discutido é a da "diglossia interna" (Lightfoot 1999). A observação de que há uma oscilação na produção de estruturas convergentes com a língua-alvo no processo de aquisição do português como L2 pelos moçambicanos levou Gonçalves (2004) a assumir que "a maior parte dos falantes parece assim operar com mais do que uma gramática" (p. 7). Em se tomando as duas forças antagônicas acima citadas, busca-se saber a partir de que momento é desencadeada a situação de diglossia interna. É procurando responder a essa questão que o estudo da aquisição dos complementos verbais dativos se pauta nos diferentes graus de fluência.

1. Pressupostos teóricos e metodológicos

De acordo com a teoria seletiva de aquisição da linguagem, a criança, dotada dos princípios genéticos fornecidos pela GU, seleciona os valores de um parâmetro a partir da exposição a dados lingüísticos (Lightfoot 1991). A GU, que contém os princípios invariáveis e os parâmetros, é o estado inicial (S_0) para a aquisição da L1. Nos últimos anos surgiu a proposta de que antes mesmo de a criança ter sido exposta aos dados lingüísticos o parâmetro já vem especificado – valor default. Se o valor não corresponde ao que caracteriza a língua-alvo, o parâmetro deve ser reassentado. Roeper (1999) propõe a hipótese generalizada do bilingüismo em L1. Uma gramática é resultado do valor default do parâmetro; a outra resulta da marcação do parâmetro.

No caso específico da aquisição de uma L2, coloca-se a questão de qual seria o estado inicial. O problema está em saber se o aprendiz volta a ter acesso às possibilidades abertas da

GU, se parte de um valor default, ou se tem acesso somente aos parâmetros marcados de sua L1. A proposta de bilingüismo generalizado para a L1 (Roeper) permite compreender que a aquisição da L2 representa a ativação de gramáticas anteriormente colocadas deixadas de lado.

Herschensohn (2000) propõe estágios para a aquisição da L2. Para a autora, a aquisição de L2 depende da aquisição da morfologia e do léxico, que ocorre gradualmente. No estágio 1 ocorre a transferência da gramática da L1. O estado inicial da L2 é a gramática de L1 com um número limitado de itens lexicais de L2. O estágio 2 é caracterizado pela emergência de gramáticas intermediárias. Os valores paramétricos da L2 são adquiridos gradualmente. O estágio 3 é a fase em que ocorre a remarcação do parâmetro de acordo com os valores de L2.

No que concerne especificamente à aquisição do português como L2 pelos moçambicanos, Gonçalves & Chimbutane (2004) assumem que o conhecimento das LBs interfere no processamento do input, gerando uma nova gramática, e que as estruturas lingüísticas geradas pela gramática do PE desencadeiam novas propriedades, permitindo a reestruturação da interlíngua e a sua convergência com o modelo-alvo. A reestruturação pode ser bloqueada pela influência da L1, impedindo que certos aspectos do input da L2 sejam detectados (White 2000). A conseqüência é que a gramática atingida no estágio final da aquisição da L2 não coincide com a da língua-alvo. Nesse sentido, o estágio 3 proposto por Herschensohn não é atingido.

Assumo que a aquisição da L2 depende da gramática da L1, ou seja o conhecimento da gramática da L1 é o estágio inicial na aquisição de uma L2 (Schwartz & Sprouse 1996, Herschensohn (2000) e interfere no processamento do input (Gonçalves & Chimbutane (2004)).

A L1 atua como o estado inicial, independentemente de os valores da L2 coincidirem com os da L1. Com base na exposição de novos dados lingüísticos, ocorre a percepção da coincidência ou não dos valores. Se os valores são idênticos, há a aprendizagem instantânea; se são diferentes, o aprendiz, assumindo-se a hipótese de bilingüismo de Roeper, deverá ativar uma gramática que foi deixada no limbo. Esse processo é visualizado na fase das interlínguas[1]. De fato, segundo Klein & Martohardjono (1999), os aprendizes da L2 constroem gramáticas provisórias, que vão sendo reestruturadas em direção ao modelo da língua-alvo, com base no input a que estão expostos.

Este quadro nos faz levantar algumas questões: O que é transferido da L1? Até que fase há transferência do conhecimento da L1? Em que momento se dá a aquisição da morfologia e do léxico capazes de ativar a nova gramática? A partir de que momento emerge a diglossia interna?

Para responder a essas questões, analiso quatro transcrições de fala em português colhidas por Stroud e Gonçalves (1997) em Maputo. Estas entrevistas foram divididas em três graus de fluência, a partir de critérios sintáticos, como a concordância nominal e verbal, e de critérios morfológicos, como a flexão da 1ª. pessoa e a marcação de tempo. Os três graus de fluência caracterizam a incorporação crescente da gramática do português. Assim, o 1º. grau de fluência, que caracteriza a fala da informante Albertina, representa o mais baixo nível de domínio do português:

1. Estes criança todas daqui; os criança tudo; os nome tudo.
2. Os criança os menina estava a vivi//viver estava a andar a passear sozinha.
3. Porque eu fica com aquelas neto; vovó, eu só quer dinheiro mil escudo.
4. Eu ainda não conseguiu comprar livro de coisa português.
5. Tem que ser dizer os professor respeitar os mama.

[1] Uso os termos interlíngua, gramática provisória e gramática intermediária indiferentemente.

O 2º. grau caracteriza a fala da informante Lina. Como se pode observar, a partir dos exemplos abaixo, a fala da informante não se caracteriza pelo fraco domínio da flexão, ainda que haja problemas na concordância verbal e nominal. O problema maior parece estar no estabelecimento da correlação anafórica e temporal:

6. Os professor saber que no tal sítio há uma criança, antão saíam em grupo ir à busca.
7. Escolhíamos uma pessoa fechar os olhos ah: com um lenço, antão a gente espalhar e: escondermos/no mato antão começarmos a gritar.
8. Eles sabiam que a minha avó quando ele ver-me assim vai ficar chateado.
9. Os teus pais iam preso por causa disto.

O terceiro grau de fluência marca a fala mais convergente com a língua-alvo. É o caso de Amaral e de um informante, cujo nome não aparece indicado na transcrição, e que assinalamos como Homem:

10. Eles não deixavam sair de casa... e não gostavam que eu saísse de casa porque ia fazer confusão lá fora, então, quando eu/eu fugia, saía, então, eles quando eu vinha, quando eu voltava o meu tio castigava-me sempre (Homem).
11. Tenho feito viagens de vez em quando daqui para Xai-Xai para Bilene... e essas viagens de longo percurso têm sido umas boas viagens porque geralmente há muitos carros que fazem viagens. (Amaral)
12. E dormíamos por lá. De manhã, tínhamos que vir com as nossas troxas de novo para as nossas casas e, assim, conseguíamos viver. (Amaral)

A língua materna dos informantes é uma das mais de vinte línguas que compõem a família bantu, do grupo Níger-Congo. Segundo Gonçalves (2004), o português, essencialmente uma língua urbana, é adquirido como L2 por via escolar e é usado em algumas situações diárias. De fato, cerca de 40% da população adquire o português como L2 e apenas 3% como L1.

Tomando como corpus a transcrição de fala e textos escolares, Gonçalves (2002, 2004) analisou o emprego da preposição “a” com verbos dativos. Estes trabalhos trouxeram evidências empíricas em favor da tese da interferência da gramática da L1 no processo de aquisição da L2. A falta de robustez do input lingüístico explica a não convergência entre o português adquirido (doravante, PM, Português Moçambicano) e o P(ortuguês) E(uropeu), língua-alvo.

Como o trabalho não foi desenvolvido a partir de estágios de aquisição, não se sabe ao certo os processos cognitivos envolvidos em cada fase. Este trabalho pretende reanalisar os dados a partir de estágios de aquisição para discutir em que medida as gramáticas intermediárias devem ser vinculadas à interferência da L1 e/ou ao input lingüístico recebido.

2. Os complementos verbais dativos: preposição e clítico

2.1. Português Europeu

Duas propriedades têm sido apontadas para caracterizar o objeto indireto no português: o uso da preposição *a* e o emprego do clítico *lhe*. Estas duas propriedades estão em estreita correlação, na medida em que o uso de uma determina o emprego da outra.

A preposição *a* que introduz o objeto indireto no português não tem conteúdo semântico. Trata-se de um marcador de Caso, i.e. tem um papel morfológico. Isso significa que o quadro de

subcategorização de verbos com argumentos dativos prevê um DP (ou NP) e não um PP. Evidência de que a preposição *a* tem função apenas morfológica advém do fato de que o *lhe* cliticiza ou substitui o argumento que se apresenta na forma de um DP e não de um PP (Duarte 1987). Observe-se a diferença de gramaticalidade nas sentenças abaixo:

13. a) O filme agradou *a*o Pedro. b) O filme *lhe* agradou.
14. a) O diretor recorreu *a*o advogado. b) *O diretor *lhe* recorreu.

A diferença de gramaticalidade sugere que há duas preposições *a* (Paredes 1976). Uma é mero marcador de Caso e a outra é subcategorizada pelo verbo. O verbo *agradar* subcategoriza um DP; o verbo *recorrer* subcategoriza um PP. Uma vez que a cliticização só é possível com o verbo *agradar*, tem-se que há uma correlação entre clítico *lhe* e a preposição dummy *a*. Não se pode afirmar o mesmo para a preposição *a* que segue o verbo *recorrer* cujo argumento deverá ser substituído pelo pronome nominativo *ele*, precedido da preposição *a*:

15. O diretor recorreu *a ele*.

Do ponto de vista da aquisição do português como L2, enunciados como (13a e 14a) são ambíguos para os aprendizes. A falta de marcas explícitas de caso nos nomes impede a distinção entre as duas estruturas. Outro causador de ambigüidade está na cliticização. Para Gonçalves (2002), a presença do clítico leva o falante a intuir que o argumento dativo é um elemento nominal que não precisa ser precedido de preposição visível. Nos termos de Baker (1988), os falantes de LBs podem inferir daí que a preposição está incorporada ao verbo, tal qual na sua L1 (ver seção seguinte).

Como se viu acima, a retomada do argumento dativo se faz com o uso do clítico *lhe*. Há, entretanto, a possibilidade de o argumento ser recuperado por um PP. Essa possibilidade está restrita aos casos de estruturas de redobro em que um pronome, e não o nome, é complemento da Preposição ou em construções de deslocamento à esquerda:

16. Dei-*lhe* o livro *a ela*.
17. *Ao teu amigo*, ainda não *lhe* pagaram os direitos de autor, pois não? (exemplos extraídos de Torres Moraes 2004)

Torres Moraes (2004) entende que nas estruturas de redobro o "dativo *lhe* se apresenta como um capacitador funcional, ou recurso gramatical, para que, por exemplo, predicados de dois lugares possam incorporar um novo argumento". p.14 A nosso ver, enunciados como (16) ampliam o leque de estruturas ambíguas para os aprendizes do português como L2, afinal, o argumento dativo é realizado pela presença de um pronome nominativo precedido de preposição.

Apesar das ambigüidades apresentadas, um fator parece fora de questionamento: a preposição que introduz o objeto indireto no português europeu, língua-alvo dos moçambicanos, é tão somente a preposição *a*. A preposição *para* está excluída desse contexto.

2.2 Português Moçambicano

Os estudos realizados por Gonçalves (2002, 2004) assinalam que no processo de aprendizagem do português, os falantes moçambicanos apagam a preposição em complementos verbais. Segundo Gonçalves, o apagamento da preposição se dá com argumentos que exibem

tipicamente o traço [+humano]. Uma conseqüência imediata do apagamento da preposição é o alçamento do objeto indireto para a posição de sujeito nas sentenças passivas:

18. Demonstrou __ as outras mulheres o papel do destacamento feminino.
19. **Os jovens** são dados responsabilidades de família.

Segundo a autora, o apagamento da preposição e a apassivação do objeto indireto são efeitos superficiais da atuação da gramática da L1, mais especificamente da atribuição de Caso. Duas características das LBs parecem orientar o processo de aprendizagem do português como L2:

a) nas LBs a preposição "el" é incorporada no verbo, portanto, não é a preposição que dá Caso ao NP, mas o complexo verbal, que passa a dar Caso aos dois argumentos do verbo:
   Ex. Mudjondzi a-yiv-**el**-ile Tino mabuku.
   O aluno roubou-a Tino os livros.

b) nas LBs há uma classe nominal de traço [+humano].

Gonçalves sugere que a supressão da preposição no PM é resultado da fixação do parâmetro da L1 estendido para L2, em que o verbo dá Caso aos dois argumentos.

No português, o traço [+humano] está presente no clítico dativo *lhe* e está presente na função de objeto indireto, normalmente precedido da preposição *a*. Com base na percepção desses dados extraídos do input lingüístico da língua-alvo (Português Europeu) e com base na classe nominal de traço [+humano] de sua língua, os moçambicanos generalizam a regra: os nominais de traço [+humano] são precedidos da preposição *a* e são retomados pelo pronome *lhe*. Essa generalização explica a extensão do uso da preposição *a* e de *lhe* para a função sintática de objeto direto:

20. Eles elogiam **a** uma pessoa.
21. Elogiaram-**lhe** muito.

O clítico *lhe* não é interpretado como evidência morfológica do Caso dativo, mas como a cliticização de um argumento [+humano]. A preposição *a* deixa de ser interpretada como um mero atribuidor de Caso e passa a fazer parte das propriedades lexicais do verbo, como é o caso da preposição *a* com verbos como *recorrer*.

Se levarmos em conta i. a força da interferência da gramática das LBs no processamento da gramática da L2, ii. a força do *input* no processo de aquisição, levando à convergência para a língua-alvo e iii. as ambigüidades presentes no *input* , é possível hipotetizar que no processo de aquisição do PE, os moçambicanos venham a suprimir a preposição ou a empregar a preposição *a*, com elementos nominais ou pronominais (*a ele*). Em termos de grau de fluência, espera-se que a primeira fase seja marcada pela supressão da preposição e a última seja marcada pelo uso da preposição *a*, seguida de nomes ou pronomes. Se a aquisição é fruto tão somente do jogo de forças entre L1 e L2, a preposição *para* fica excluída na realização do objeto indireto.

3. Os complementos dativos nos três estágios de aquisição

Neste trabalho, analisamos 17 ocorrências de complementos dativos preposicionados do PM com o objetivo de investigar: i. os tipos de preposições que encabeçam o objeto indireto; ii. em que fase da aprendizagem aparece a preposição *a*; iii. se aparece a diglossia interna. Os resultados acham-se reproduzidos na tabela abaixo:

Tab. 01 Tipo de preposição X informantes

	Albertina (I)		Lina (II)		Amaral (III)		Homem (III)[2]		Total	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Zero	07	100	__	__	__	__	__	__	07	41,1
A	__	__	__	__	06	100	02	66,6	08	47,0
PARA	__	__	01	100	__	__	01	33,4	02	11,9
TOTAL	07		01		06		03		17	

Na fase I reina a variante zero, indício de que aqui se tem a marcação do parâmetro da L1. Nas demais fases ocorre a presença da preposição. O uso da preposição *para* precede o da preposição *a*, mas permanece com baixo índice de freqüência ao longo do processo (11,9%):

22. quando puseram comida **para** ele antão guardava um bocadinho (Lina)
23. Contam anedotas para: **para** os miúdos, ya (Homem)

É só na fase III que se inicia e se impõe o uso da preposição *a* na posição de objeto indireto. Entretanto, essa preposição já aparece na fase II na posição de objeto direto associada ao clítico *lhe*, como se observa na tabela abaixo:

Tab 02 OD preposicionado e uso do clítico dativo X informantes

	Albertina (I)	Lina (II)	Amaral (III)	Homem (III)	Total
ODprep	__	03	03	02	08
Uso de *lhe*	__	01	01	02	04

Todos os casos de objeto direto preposicionado e de uso do clítico *lhe* têm como propriedade a presença do traço [+humano]. Estas realizações se relacionam com a língua materna, em que os nomes de traço [+humano] são marcados com um afixo. O objeto direto preposicionado e o uso de *lhe* para o objeto direto que apresenta o traço [+humano] parece ser conseqüência da interferência da L1 no processamento do input.

Na fase III, em variação com o clítico *lhe* aparece o pronome *ele* precedido da preposição *a* seja na função de objeto direto seja na função de objeto indireto; a preposição *para* aparece precedendo o pronome tônico na função de objeto indireto (22):

24. disseram para eu seguir **a** eles (Homem)
25. se falei **a** ele ou se fiz este tipo de pergunta... (Amaral)

Para além da falta de correlação entre preposição e função sintática, esses dados apontam duas questões relevantes. A primeira é que os falantes privilegiam o uso do pronome nominativo em lugar do clítico *lhe* para a retomada do argumento e a segunda é que a preposição *para* é uma opção para a introdução do objeto indireto (23). Se o pronome nominativo pode ser encontrado

[2] Excluímos da análise o seguinte dado: Explicamos tudo _ aquela senhora (Homem). É possível que aí tenha ocorrido um caso de realização da crase entre a preposição *a* e o artigo feminino *a*.

no input a partir de estruturas de redobro, a preposição *para* está presente no input em complementos oblíquos e não em complementos dativos. Por que, então, o falante se pauta nos complementos oblíquos e não nos complementos dativos para a escolha da preposição?

Estudando a preposição em construções dativas do português como L2 falado por índios do Alto do Xingu, que falam o Kamaiurá, Gomes (1997) entende que a aquisição da preposição *para* é favorecida devido à sua maior transparência semântica. O problema é que no input dos índios Kamaiurá, que é o PB, está presente a preposição *para* com essa função. No caso dos moçambicanos, o input é, como dissemos, o PE e nessa variedade a preposição *para* encabeça complementos oblíquos e não dativos.

O uso da preposição *para* em complementos dativos do PM deve-se, no nosso entendimento, à reanálise do input. Em contextos de verbos de movimento, a preposição *para* é adquirida com o valor de meta [+permanente], em perfeita consonância com os dados a que os aprendizes estão expostos (Rocha 2005). Além disso, é possível encontrar dados em que *para* é usado com o valor final já no primeiro estágio de aquisição, como é o caso do exemplo a seguir:

26. Tinha de carregar as coisa ao lenha para lá em casa do professor a enxada também **para** ir fazer machamba lá na escola (Albertina)

É possível, portanto, que a partir desses contextos a preposição *para* passe a ser o marcador de meta/finalidade de modo geral, aplicando-se a regra para complementos dativos. Neste caso, não se trata da interferência da L1 no processamento da L2, mas de uma aproximação da língua-alvo graças ao que chamaríamos de um princípio geral de gramaticalização: finalidade > meta.

Há no terceiro estágio uma autonomia em relação à L1 e uma crescente aproximação da L2. Nesse momento, o falante recupera alguns princípios gerais (universais) para efetuar a reanálise dos elementos gramaticais da L2. É a partir desse momento que se pode falar em diglossia interna (Lightfoot 1999) ou em competição de gramáticas (Kroch 1989).

Considerações finais:

Esse estudo mostrou que os três níveis de fluência correspondem a três estágios de aquisição. O primeiro estágio de aquisição do português como L2 por falantes de LBs é caracterizado pela transferência da gramática da L1. O valor paramétrico da L1 (LBs) determina a fixação do parâmetro da Língua-alvo. Corresponde ao período da variante zero, pois toma-se o verbo como uma unidade complexa que dá Caso aos dois argumentos.

Há dois estágios que correspondem ao período de gramáticas intermediárias. O primeiro tem uma relação mais próxima da L1 e o segundo caracteriza-se pela autonomia em relação à L1 e se aproxima – ainda que não haja total convergência – da língua-alvo.

Na primeira fase da gramática intermediária (estágio II), o aprendiz se prende à classe nominal [+humano] das LBs e identifica a preposição *a* como marcadora desse traço. Essa preposição acompanhará qualquer sintagma nominal de traço [+humano], independentemente da função sintática de objeto direto ou indireto. Nessa fase se dá a associação entre a preposição *a* e o clítico *lhe* para nomes marcados [+humano] na função de objeto direto. A L1 continua a interferir no processamento do input lingüístico.

A segunda fase da gramática intermediária (estágio III) corresponde a um período de gramáticas em competição, em que a preposição *a* coocorre com a preposição *para* na função de objeto indireto. O uso de *para* e a retomada anafórica do objeto indireto pelo uso do pronome nominativo mostram que essa gramática se aproxima, mas ainda não coincide com a língua-alvo,

o Português Europeu. Trata-se do período em que ocorre a reanálise dos elementos gramaticais da L2 a partir de princípios gerais de gramaticalização.

Os dados analisados sugerem que no terceiro estágio identificado não há a remarcação do parâmetro de acordo com os valores de L2. Não há correspondência entre o terceiro estágio que identificamos e o terceiro estágio proposto por Herschensohn (2000). Como salientamos no início do trabalho, os dados analisados pertencem a uma situação de contato lingüístico em tempo aparente. É provável que a remarcação do parâmetro se realize apenas pela geração seguinte. Nesse sentido, a crescente fluência pode não afetar a gramática, mas pode alimentar os dados lingüísticos primários que servirão de input para a próxima geração.

Referências Bibliográficas:

BAKER, M. *Incorporation: a theory of grammatical functional changing*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

DUARTE, I. *A construção de topicalização na gramática do Português*. Tese de doutorado. Universidade de Lisboa, Lisboa, 1987.

GOMES, C. Processos variáveis e aquisição de preposição. In: Claudia Roncarati & M. Cecília Mollica (orgs.) *Variação e Aquisição*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, pp.103-116.

GONÇALVES, P. Português de Moçambique: uma variedade em formação. Maputo: Imprensa Universitária, 1996.

_____ The role of ambiguity in second language change: the case of Mozambican African Portuguese. In Second Language Research, 2002, 18 (4), pp. 325-347.

_____ & CHIMBUTANE, F. O papel das Línguas Bantu na gênese do Português de Moçambique: o comportamento sintáctico de constituintes locativos e direccionais. In Papia, 2004, 14, pp.7-30.

_____ Towards a unified vision of classes of language. Acquisition and Change: arguments from the genesis of Mozambican African Portuguese. Journal of Pidgin and Creole Languages,2004, pp.225-260.

HERSCHENSOHN, J. *The second time around: minimalism and second language acquisition*. John Benjamins: Amsterdam, 2000.

KLEIN, E. & MARTOHARDJONO, G. Investigating Second Language Grammars: Some Conceptual and Methodological Issues in Generative SLA Research. E. Klein & G. Martohardjono (orgs.) *The Development of Second Language Grammars:* A Generative Approach. Amsterdam: John Benjamins, 1999, pp.3-34.

KROCH, A. Reflexes of grammar in patterns of language change. Language Variation and Change 1, 1989, pp.199-244.

LIGHTFOOT, D. *How to set parameters: Arguments from Language Change*. Cambridge Massachussets: MIP Press, 1991.

_____ *The Development of Language. Acquisition, change and Evolution*. Cambridge Massachussets: MIP Press, 1999.

NGUNGA, A. (2004) *Introdução à Lingüística Bantu*. Maputo: Imprensa Universitária, Universidade Eduardo Mondlane.

OLIVEIRA, M. Mudanças fonológicas explicam o enfraquecimento da morfologia verbal no PB? Boletim da Abralin, 2001, v.26, no. Especial, pp.455-457.

_____ & PEREIRA, Hélcius (2004) PB do século XIX: uma Brasilafrica lingüística?In *Para a História do Português Brasileiro*, VI Seminário do PHPB, Salvador, no prelo.

_____ (2005) Uso de preposições no português como L2: complementos verbais dativos. Comunicação apresentada no IV Congresso Internacional da Abralin, Brasília 2005.

PAREDES, Vera (1976) "Considerações sobre os complementos verbais regidos de *a*", in Revista Brasileira de Lingüística, Vol.3, n.1, pp.77-91.

ROCHA, A. P. (2005) Uso de preposições no português como L2: verbos de movimento. Comunicação apresentada em Sessão Coordenada: Uso de preposições como L2. IV Congresso Internacional da Abralin, Brasília.

ROEPER, T. (1999) On universal bilingualism. In Bilingualism: Language and Cognition. 2 (3) 169-186.

SCHWARTZ, B. & SPROUSE, R. (1996) L2 cognitive states and the full transfer/full access model. Second Language Research 12:40-72.

SELINKER, L. (1972) Interlanguage. In International Review of Applied Linguistics, 10: 209-231.

STROUD, C. & GONÇALVES, P. (1997) *Panorama do Português Oral de Maputo.* Maputo: Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação.

TORRES MORAES, M. ª (2004) A preposição e a caracterização do objeto indireto: aspectos sincrônicos e diacrônicos. Trabalho apresentado no V Encontro do Projeto *Para a História do Português Brasileiro*, realizado em Salvador.

WHITE, L. (2000) Second language acquisition: from initial to final state. In Archibald (org.) *Second language acquisition and linguistic theory.* Oxford: Blackwell, p.130-155.